

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

E OS SUJEITOS BRANCOS NA ESCOLA? A DISCUSSÃO SOBRE BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO CEARENSE

Anderson Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6863>

Submetido em: 2023-09-17

Postado em: 2023-09-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

E OS SUJEITOS BRANCOS NA ESCOLA? A DISCUSSÃO SOBRE BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO CEARENSE

Anderson Souza Oliveira,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0506-6028>
anderson.sociologo07@gmail.com
Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, Brasil

RESUMO: A discussão sobre educação e relações étnico-raciais está cristalizada nas Ciências Sociais brasileira (HASENBALG, 1992; MUNANGA, 2000; GOMES, 2012; CARNEIRO, 2005) e seu debate é pertinente até os dias atuais, entretanto a abordagem sobre o sujeito branco no debate sobre raça se faz cada vez mais necessária e é a motivação dos estudos críticos da branquitude. Quais são as percepções de ser uma pessoa branca nesse espaço? Existe alguma dimensão de privilégio nesse local? Nesse sentido, o artigo tem como mote pensar a realidade da educação cearense a partir da concepção da branquitude, em uma pesquisa de cunho qualitativo com método de observação participante (CERVO; BERVIAN, 1983; CRESWELL, 2012), buscando entender dentro do espaço geográfico de duas escolas públicas de ensino médio cearense, uma no município de Fortaleza e outra em Maracanaú, as relações étnico-raciais a partir da perspectiva de estudantes autodeclaradas/os brancas/os, bem como de relatos de docentes, a fim de aferir a presença dos pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2002) e como esse corpo discente percebe seus privilégios materiais e simbólicos (SCHUCMAN, 2020).

Palavras-chave: pactos da branquitude, escola cearense, juventudes, estudos críticos da branquitude, educação.

WHAT ABOUT WHITE GUYS AT SCHOOL? THE DISCUSSION ABOUT WHITENESS IN CEARENCE EDUCATION

ABSTRACT: The discussion about education and ethnic-racial relations is crystallized in Brazilian Social Sciences (HASENBALG, 1992; MUNANGA, 2000; GOMES, 2012; CARNEIRO, 2005) and its debate is relevant to this day, however the approach to the white subject in the debate about race is increasingly necessary and is the motivation for critical studies of whiteness. What are the perceptions of being a white person in this space? Is there any dimension of need in this location? In this sense, the article's motto is to think about the reality of education in Ceará from the conception of whiteness, in a qualitative research with a participant observation method (CERVO; BERVIAN, 1983; CRESWELL, 2012), seeking understanding within the geographic space of two public high schools in Ceará, one in the city of Fortaleza and the other in Maracanaú, ethnic-racial relations from the perspective of self-declared white students, as well as reports from teachers, in order to assess the presence of the narcissistic pacts of whiteness (BENTO, 2002) and how this student body perceives its material and symbolic privileges (SCHUCMAN, 2020).

Keywords: pacts of whiteness, Ceará school, youth, critical studies of whiteness, education.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre desigualdades escolares a partir do marcador social de diferença da raça é um campo consolidado dentro da Sociologia da Educação. Podemos ter como marco de pesquisa, os trabalhos de Carlos Hasenbalg¹ demonstrando como há uma desvantagem educacional entre o grupo de estudantes negras/os em relação as/os brancas/os. O trabalho do autor mensurava alguns aspectos que inicialmente começavam a ser adentrados dentro desse debate, sendo um deles, o próprio capitalismo. Sendo assim, podemos mencionar o mercado de trabalho como um dos lócus pesquisados pelo autor, bem como a educação, sendo esses dois campos interpelados e com relações mútuas, onde desenvolvem desdobramentos negativos (HASENBALG, 1992).

Nesse sentido, podemos afirmar que as pesquisas e obras sobre essa temática se desdobraram a pensar como os sujeitos negros são os principais desprivilegiados nessa relação. O que é pertinente e importante para evidenciar esses desnivelamentos que existem em diversas áreas, seja na educação, mercado de trabalho, consumo cultural, dentre outros. Entretanto, um movimento dentro dos estudos étnico-raciais, não recente na historiografia, começa a ter mais visibilidade e pretender mudar a ótica dessa discussão racial: precisamos evidenciar qual o lugar do sujeito branco nesse debate.

Podemos localizar os estudos sobre branquitude, de forma organizada, nos anos 1990 nos Estados Unidos sob a nomenclatura crítica *whiteness studies*. Porém no Brasil, é possível vermos essa discussão anteriormente, com Guerreiro Ramos ainda na década de 1950, quando foi chamada de Teoria da Branquitude ou Brancura, cujo objetivo central era pensar a constituição da/do branca/o dentro das relações étnico-raciais e não a/o negra/o como figura central nessa discussão racial. Para Ruth Frankenberg (2004), a branquitude é um produto da história e se constitui como uma categoria relacional. Como outras construções raciais possui significados que foram/são construídos socialmente. Além disso, as significações de branquitude possuem camadas densas e suas variantes dependem do local onde se fala e seus significados podem ser os mais maleáveis possíveis (FRANKENBERG, 2004).

Os estudos críticos da branquitude se colocam num local de investigação e desmonte da produção social da raça branca, que se racializa de forma histórica a partir da neutralidade. Essa

¹ É importante mencionar a importância de Carlos Hasenbalg para a cristalização do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e seu legado na contribuição de pesquisas sobre a questão étnica-racial.

posição hierárquica de raça, mas que também é de classe, é um dos efeitos produzidos pela branquitude, que justifica toda sua ascensão de forma individual, ou seja, meritocrática. O que pode ser contrariado quando observamos dados que mostram o desnível educacional entre estudantes negras/os e brancas/os no Brasil, como mostra a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a quantidade de matrículas de estudantes negras/os e pardos/os no país². O número se refere à uma década de atraso em relação a quantidade de matrículas realizadas por discentes brancas/os, o que ainda acarreta em uma série de consequências negativas em relação ao futuro profissional desse grupo. Ou seja, a branquitude, enquanto sistema e lugar de poder onde pessoas brancas são privilegiadas pela estrutura do racismo, se coloca num lugar de neutralidade e que não é questionada por esses benefícios históricos.

Ora, se caracterizamos a educação como uma das instituições sociais onde o racismo se expressa (CAVALLEIRO, 2000; FIGUEIRA, 1990; FONSECA, 1991) (através de diversas maneiras neste espaço, seja pela construção do currículo, da formação de docentes, casos explícitos e implícitos de racismo) podemos afirmar que todas as camadas que perfazem esse espaço também corroboram para essa legitimação e perpetuação desse racismo. Nesse sentido, é preciso compreender que os padrões da branquitude solidificam a base estrutural da sociedade, logo na educação também vemos esses mesmos padrões se repetindo através de diversos instrumentos, porém nesta pesquisa é através do IDEB que percebemos esse racismo. Assim, podemos aferir a presença do que Maria Aparecida Bento (2002) chamou de pactos narcísicos da branquitude³.

A fim de perceber e caracterizar esses pactos, essa pesquisa se constrói a partir de uma perspectiva qualitativa (GODOY, 1995), ao adentrar o espaço escolar de duas instituições públicas de

² Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/30/jovens-negros-estao-dez-anos-atras-dos-estudantes-brancos-no-ensino-medio-diz-ibge.ghtml> > Acesso em 12/08/2023.

³ De maneira geral, para que se tenha um primeiro contato com o conceito “pactos narcísicos da branquitude” (BENTO, 2002) é necessário localizar a autora dentro do campo da Psicologia para explicar este conceito. Resgatando autores como Sigmund Freud em *O mal-estar da civilização* (1986), ela comenta sobre duas instituições sociais que são intolerantes as expressões subjetivas dos indivíduos na sociedade: a Igreja e o Exército. Bento (2002) continua afirmando que, apesar de serem referências em tempos históricos diferentes, pode-se perceber que essa “falsa projeção” se tornou um mecanismo constante para que se possa livrar dos seus próprios impulsos e ver isso no outro. Para Fanon (1980), psicanalista negro, o medo do negro é biológico, pois este só é visto através desse espectro. Em linhas gerais, o pacto narcísico da branquitude se consolida como um conceito na psicologia e que ganha os ares da sociologia para o campo das questões étnico-raciais, como um instrumento teórico-metodológico que busca captar as noções da/o branca/o dentro dos estudos raciais, não colocando o problema do racismo apenas na figura da/o negra/o ou dos povos originários. Os estudos críticos da branquitude configuram-se como aqueles que desejam observar a herança branca da escravidão e a herança silenciosa de privilégios a esse grupo.

ensino médio no município de Fortaleza (CE) e Maracanaú (CE) e se inserir enquanto pesquisador ao notar as nuances das relações cotidianas, além de se inserir em aulas de Ciências Humanas em turmas dos três anos. Destarte, a observação participante (CERVO; BERVIAN, 1983) também foi fundamental para o desenvolvimento da mesma, bem como conversas informais com docentes da área de Ciências Humanas e entrevistas com roteiro semiestruturado com estudantes que se autodeclararam enquanto pessoas brancas, a fim de compreender as relações que se dão nesses dois ambientes escolares. As seguintes perguntas norteiam essa pesquisa: há um sentimento de superioridade entre pessoas brancas nesse espaço? A escola possui alguma avaliação que ranqueia estudantes? Se sim, qual padrão dos alunos que se destacam?

Logo, essa pesquisa se coloca, de forma política, a compreender as formas de perceber quais são os mecanismos de produção da branquitude, e como estes são reproduzidos cotidianamente para uma perpetuação diária. Essas práticas de agir e estar no mundo se colocam, muitas vezes de forma neutra e acabam por incidir em aspectos subjetivos e que merecem uma maior atenção.

Dessa maneira, esse artigo está dividido da seguinte forma para responder como pode-se perceber o impacto da branquitude no espaço escolar: primeiro, é realizada uma revisão da literatura afim de localizar os estudos críticos da branquitude assomado à sociologia da educação, para que possa dimensionar o campo que estou emergindo e logo após será evidenciado como se notou essas questões nesse lócus através de pesquisa de campo realizada nessas duas instituições escolares.

BRANQUITUDE E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Mas quem é essa/e branca/o que estamos falando das relações raciais brasileiras? É importante trazer esse paralelo para que se possa perceber que o campo da sociologia das relações étnico-raciais também propõe uma abordagem, que se popularizou a partir dos anos 2000 (CARDOSO, 2008). E onde ela/e (o sujeito branco) está na discussão étnico-racial? É importante situar esse sujeito como o mesmo que constrói a ideia de raça no Ocidente (KILOMBA, 2019). Além dessa caracterização, é necessário afirmar que nesta pesquisa estamos nos referenciando da/o branca/o brasileira/o e esta/e possui suas especificidades. Esta/e branca/o é miscigenada/o, como afirma Gilberto Freyre (1933[2001]). Vale ressaltar uma especificidade importante no processo de racialização no Brasil: o fenótipo. Para Oracy Nogueira (2006), existem dois tipos de preconceito em nosso território: o de

marca e o de fenótipo⁴. Em nosso país, essa característica se dá pela presença de melanina na pele, diferente dos Estados Unidos, onde a pessoa é considerada negra a depender da sua descendência.

Guerreiro Ramos em *A patologia social do “branco” brasileiro* (1957) foi o primeiro sociólogo brasileiro a discutir a identidade racial branca e debater os estudos da brancura⁵ ainda na década de 1950, trazendo uma mudança epistemológica sobre as questões étnico-raciais, colocando a/o branca/o no foco desse debate. O termo brancura equivaleria para nós hoje o que chamamos de branquitude (CARDOSO, 2011). A notável contribuição de Ramos (1957), ainda de forma inaugural e em linhas gerais, é perceber e afirmar que pessoas brancas não utilizam apenas a violência física para garantirem seus privilégios sociais, mas recorrem a uma série de pseudojustificações e estereótipos para que as pessoas neguem sua negritude e desejem a branquitude.

Para Cida Bento (2022), esse é uma das maiores assertivas na discussão sobre os estudos críticos da branquitude. É importante pensar que historicamente, os sujeitos brancos foram privilegiados, ainda na colonização até os dias atuais. Para que isso pudesse ainda seja reproduzido diversos tipos de mecanismos precisaram ser efetivados, sendo um deles, a imputação de um padrão formado a partir desse próprio sujeito, para que ele sempre tivesse em posição superior a população negra. Esse impacto escravocrata perpassa gerações e adentra ao Brasil contemporâneo como uma herança desse período, não apenas a população negra, como geralmente pensamos, mas também brancas/os (BENTO, 2022).

Pensando conjuntamente com a perspectiva de Quijano (2005), o que percebemos, na América Latina, é que o fato raça foi fundamental para se buscar dividir populações e provocar a colonização.

⁴ O trabalho de investigação de Oracy Nogueira é considerado um dos mais célebres no campo das relações étnico-raciais por trazer essa diferenciação sobre como o preconceito emerge em sociedades que tiveram processos coloniais divergentes. O autor possui como referência autores como Max Weber (tipo ideal) para compreender um fenômeno mais geral, apesar de possuir especificidades. No Brasil, segundo Nogueira (ANO), quando o preconceito racial é praticado geralmente tem relação direta com a cor de peles das pessoas, entretanto, afirma que esse pode ser acobertado por outras características, como por exemplo, a inteligência. Isso não quer dizer que essa pessoa negra não sofrerá racismo, mas poderá ser abrandado. Algo que nos Estados Unidos não aconteceria, pois o preconceito de origem não permite esse tipo de concessão. Ou seja, a prática racial estadunidense perpassa por uma questão de ascendência. Apesar de ser um trabalho inovador à sua época, me coloco também enquanto pesquisador da contemporaneidade para provocar novas leituras e interpretações de sua pesquisa. Noto que hoje não é possível mais afirmarmos a presença única de apenas uma tipologia de preconceito, ora de marca ora de origem, em nosso território. Os processos raciais brasileiros contemporâneos emergem tanto de um tipo, quanto de outro. Esses dois dispositivos são acessados simultaneamente para subalternizar populações afrocentradas.

⁵ Essas nomenclaturas vão sofrendo modificações em relação ao tempo presente, ou seja, brancura, branquitude e branquitude se referem ao mesmo processo de privilégios simbólicos e materiais da população branca.

Foi a partir desse ponto de partida, que podemos pensar como realmente as populações afro-brasileiras, indígenas, quilombolas, etc. passaram por desvantagens estruturais que incidem na realidade contemporânea, simbólica e material. A tônica de um pacto da branquitude se torna importante para pensar o fenômeno do preconceito racial com um olhar deslocado do sujeito negro, e pensar em como a pessoa branca detém vantagens nessa relação social (SHUCMAN, 2012).

Além disso, é preciso afirmar que no Brasil a concepção de democracia racial, difundida na obra de Gilberto Freyre (1932), é uma especificidade peculiar e intrínseca de nosso território. E quando nos atentamos a pensar nos estudos críticos da branquitude, essa é uma perspectiva importante, pois irá desencadear uma discussão potencialmente perigosa, principalmente no campo educacional: o discurso da meritocracia. Aqui, vamos privilegiar essa discussão a fim de pensar como essa narrativa pode ser percebida a partir do olhar da branquitude.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do ano de 2019, pouco mais da metade (51,5%) das/os jovens negras/os cearenses com mais de 25 anos de idade não concluíram o ensino fundamental, o que equivale a um total de 2,1 milhões de pessoas⁶. No ano de 2016, o resultado foi ainda mais drástico: 55,1% de negra/os não findou sua fase inicial de estudos. Observando os mesmos números para pessoas brancas no mesmo ano (2019), o que vemos é uma queda de 42,7% para 38%. Dando continuidade histórica, no ano de 2020, o mesmo dado revelou que 63,5% de jovens negras/os não completaram seus estudos, enquanto a mesma taxa para brancas/os é de 49,6%⁷. Todos esses dados demonstram o que estava sendo descrito anteriormente: podemos afirmar que estudantes brancas/os possuem privilégios quando comparadas/os com discentes negras/os, em relação a educação, pelo menos no estado do Ceará.

As justificativas para esses dados podem ser explicadas de diversas formas, inclusive a partir das desigualdades raciais-sociais-históricas que negras/os enfrentam na sociedade, entretanto, o foco do campo crítico da branquitude é perceber o lugar de sujeitos brancos dentro de determinada concepção histórica de eventos mundiais (STEYN, 2004). Nesse caso, quando fazemos o recorte geográfico para o Ceará, observamos que a premissa do pacto da branquitude pode ser percebida ao

⁶ Disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/metade-dos-negros-commais-de-25-anos-nao-concluiu-ensino-fundamental-no-ceara-1.2113182> > Acesso em 25/11/2020.

⁷ Disponível em: < <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/15/seis-em-cada-dezcearenses-acima-de-25-anos-nao-completaram-estudos-basicos-aponta-ibge.ghtml> > Acesso em 25/11/2020.

analisarmos esses dados. A meritocracia é utilizada como forma de justificação desse desnivelamento entre grupo racial negro e branco. Dentro de uma perspectiva da branquitude, há a percepção que esse último agrupamento possui mais características positivas que as/os levam a posição de maior privilégio e/ou status social.

Na educação cearense, que possui ainda uma característica ainda peculiar, pois é considerada uma das melhores do país⁸, esse pacto da branquitude se torna ainda mais complexo de ser compreendido e ainda contraditório a partir desses dados da realidade local. Mas não obstante a isso, o que se nota a partir da constatação da PNAD e de sua atualização anualmente é que eles são atualizados constantemente e sofrem alterações cada vez maiores, ou seja, há uma retroalimentação dos pactos da branquitude. Além disso, o que se percebe que a escola, enquanto instituição social, acaba por reproduzir desigualdades (NIETO, 1996), não respondendo a demandas da sociedade. Nesse espaço o racismo persiste e se atualiza a partir de outros mecanismos como currículos escolares, políticas educacionais, formação docente, interação discente-comunidade-colegiado (NIETO, 1996).

Doravante a esses recursos utilizados pelo pacto da branquitude a fim de manter seus privilégios, podemos destacar questões específicas sobre cada uma delas. O currículo escolar se torna um instrumento de grande importância para que se busque a permanência de saberes produzidos por uma elite intelectual consolidada, a branca, eurocêntrica, patriarcal (CARNEIRO, 2005; BENTO, 2022). Esse fenômeno pode ser nomeado de epistemicídio (CARNEIRO, 2005), ou seja, a destituição sistemática de produção de conhecimento advindo de outras regiões, povos a não ser da Europa. Quando observamos que os currículos escolares são espaços embranquecidos podemos traçar um paralelo a partir do epistemicídio, haja visto o apagamento do trabalho intelectual de autoras/es negras/os, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e outros grupos.

Quanto a formação docente, o que consta na literatura, além da realidade empírica de pesquisador-professor, é a ausência também de debates sobre o tema nos cursos de licenciatura. Esse é um tema de relevância, já que segundo Munanga (2005), essa se faz uma etapa fundamental para o combate ao preconceito racial e formação de cidadãos críticos. Entretanto, a fim de complexificar tal discussão, Bastos (2021), acrescenta nessa discussão que o fato do Brasil ser um país mestiço, que ainda detém resquícios da democracia racial, o trabalho de formação docente ainda trava algumas

⁸ Mais informações em: < <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/09/15/muito-orgulho---camilo-santana-comemora-destaque-do-ceara-na-educacao-publica-brasileira.html> > Acesso em 23/08/2023.

questões, como por exemplo a não necessidade de discussão do tema, haja visto a crença que esse problema não existe em nosso território.

Destarte, a partir desses dois aspectos, que estão relacionados, podemos perceber o quanto os pactos da branquitude estão introjetados dentro do espaço escolar. Logo, a formação docente corrobora com a implementação de currículos embranquecidos, em relação a que tipo de saberes nós apreendemos. Toda essa trama desencadeia uma série de consequências que (re)produz os pactos da branquitude. Para compreender como essa questão e outras podem ser percebidas e sentidas na escola, avançamos a mostrar empiricamente como essas razões aparecem em duas escolas públicas de ensino médio em Fortaleza (CE).

PERCEPÇÕES DO PACTO DA BRANQUITUDE NO ESPAÇO ESCOLAR

A fim de compreender a materialidade do que estamos nomeando como pactos da branquitude (BENTO, 2002), o objetivo da apresentação dos dados a seguir é evidenciar a presença desse fenômeno no espaço escolar, a partir da realidade de duas instituições escolares públicas de ensino médio no estado do Ceará, uma delas em Fortaleza e outra em Maracanaú⁹, que faz parte da região metropolitana da capital. Para que possamos concretizar a percepção e análise desse fenômeno, é importante afirmar que os dados fazem parte de um recorte metodológico exclusivo das relações sociais observadas durante o período da pesquisa¹⁰, bem como o uso de conversas informais (DUBRIN, 2006) e observação participante (CERVO; BERVIAN, 1983) com estudantes autodeclaradas/os brancas/os nas duas instituições assomado com entrevistas com roteiro semiestruturado (DUARTE, 2002).

A entrada nesses dois espaços ocorreu por meio do programa Residência Pedagógica¹¹, o que permitiu o acesso a espaços que por diversas vezes pode haver resistência ou até mesmo desconforto, haja visto a introdução no local como um estrangeiro e observar a realidade daquele lugar a partir do

⁹ O município de Maracanaú (CE), tem população de 234.392 habitantes (IBGE/2022), com uma área de 105, 71 km². Em tupi, seu nome significa lagoas onde os maracanãs bebem. A região urbana do município é formada por indústrias com diversos tipos de fabricação: moda, eletrodomésticos, alimentação, dentre outras. É natural também, devido à proximidade com a capital cearense (Fortaleza), a presença em massa de habitantes fazendo deslocamento para trabalho. Mais informações em: < <https://www.maracanau.ce.gov.br/> > Acesso em 31/07/2023

¹⁰ A presente pesquisa ainda está sendo realizada. Essa faz parte da tese de doutoramento que está sendo realizada pelo autor do texto. A mesma é financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)

¹¹ Mais informações em: < <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/residencia-pedagogica#:~:text=A%20resid%C3%A2ncia%20pedag%C3%B3gica%20faz%20parte,na%20escola%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica.> > Acesso em 31/07/2023.

estranhamento (DA MATTA, 1974). Esse já é um ponto de partida interessante e que merece atenção, devido justamente a dificuldade de executá-lo. Isso aconteceu porque, enquanto pesquisador, meu olhar ainda se fazia muito presente a partir das relações étnico-raciais observando o sujeito negro nesse local, entretanto o que se buscou foi o contrário: perceber a/o branco nesse lócus, a fim de compreender sua percepção sobre essa questão.

A presença de um novo sujeito altera a realidade de ambientes pesquisados (OLIVEIRA, 2006) e essa premissa também foi percebida em ambas instituições. Entretanto, a participação em ações e atividades promovidas pela Residência Pedagógica colaboraram para que esse sintoma pudesse gerar consequências negativas na pesquisa. Por isso a importância de observar minuciosamente a realidade a partir da prerrogativa branca se colocou como um desafio de pesquisa; dentro de um ambiente, que, na verdade, tinha como composição étnico-racial mista, em relação ao seu fenótipo. Isso foi percebido seja na entrada das aulas, bem como nos corredores, salas de aula, hora do intervalo e até mesmo na sala de professoras/es, composição de gestores e funcionárias/os das instituições. Mas cada ponto desse será aprofundado posteriormente para que se compreenda a presença dos pactos da branquitude nessas duas instituições.

A observação participante (CERVO; BERVIAN, 1983) como método privilegiou o olhar a mecanismos peculiares que poderiam passar despercebidos, devido a introdução nesse lócus, além disso, a vantagem dessa escolha é uma inserção gradual e que não provoque tantas diferenças de análise. No caso da escola, esse método foi primordial para que essa pesquisa qualitativa tivesse logrado êxito. A fim de que pudesse ter mais resultados positivos, a sala de professoras/es, bem como algumas salas de aula e o intervalo da escola foram privilegiadas com maior atenção, para que pudesse existir um maior aprofundamento do que se via e ouvia (OLIVEIRA, 2006).

Como início da observação participante, a imersão durante as duas escolas foi mediada por docentes das áreas de Humanas, mas também funcionárias/os e alunas/os que me viam sempre pelos corredores das duas instituições. Durante esse primeiro contato tentei privilegiar o meu olhar para os muros, painéis, imagens, homenagens, infográficos, tabelas, dentre outros elementos visuais de ambas instituições. É interessante notar, de antemão, que na escola localizada em Fortaleza (CE), é possível ver um acolhimento das questões étnico-raciais nesse espaço, através de uma diversidade considerável de imagens, desenhos e grafites. Elementos visuais que exaltam a questão estética de mulheres negras

com o cabelo podem ser vistos durante todo o espaço escolar, bem como personalidades negras, como podemos perceber nas seguintes imagens:



Figura 1 Painel com um desenho pintado a mão de uma mulher negra em um corredor na escola em Fortaleza (CE). Fonte: Acervo pessoal.

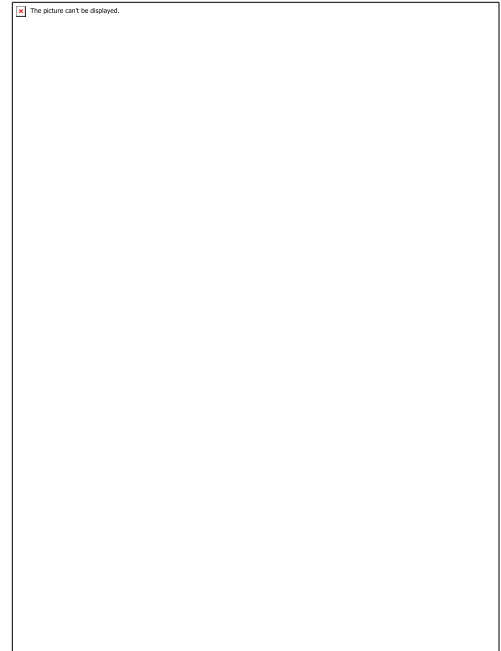


Figura 2 Painéis com personalidades negras na escola localizada em Fortaleza (CE). Fonte: Acervo pessoal.

Entretanto, já na outra instituição escolar, em Maracanaú (CE), não há nenhuma referência negra em suas paredes, o que mostra uma invisibilização desse grupo nesse espaço. Porém, chamo atenção e faço questão de evidenciar esse fato, primeiro para mostrar que existe uma inclinação de fato para o debate étnico-racial em uma escola, o que mostra a disposição desse espaço em realizar uma discussão sobre. Ao evidenciar essas/es sujeitas/os negras/os que fazem parte da história do Brasil, abre margem para que essas/es estudantes tenham conhecimento de outros saberes, perspectivas e conhecimentos, como afirma Nilma Lino Gomes (2018). Entretanto, em uma segunda análise e que corrobora com o outro dado de pesquisa, mais especificamente com as narrativas das estudantes autodeclaradas brancas, é a ausência do debate sobre branquitude na escola.

Essa não-discussão corrobora em pensar a questão étnico-racial apenas a partir do sujeito negro, o que é interessante e importante, como podemos perceber através da Lei 10.639/2003, por exemplo, destarte, assim, metodologicamente, não é possível pensar também no sujeito branco nesse debate, invisibilizando e (des) responsabilizando esse grupo em uma lógica ainda racista. O silêncio,

foi um elemento muito presente durante essa pesquisa, seja ele nas salas de aulas, mas também de maneira subjetiva, reforça que a não-inclusão do debate sobre a racialização branca ausenta e beneficia um grupo racial específico. A esse território do silêncio, podemos notar que a branquitude se firma e mantém seus privilégios, e principalmente torna não legítimo esse debate, que insistentemente recai exclusivamente para a população negra.

Para maior compreensão do que estou nomeando como *percepções da branquitude*, proponho analisar alguns espaços geográficos separadamente, para que possamos finalmente pensar esses espaços de forma conjunta e como coexistem para a existência dos pactos da branquitude. Iniciarei pela sala de docentes. Esse foi um dos locais que ficou mais visível como ainda há uma predominância de discursos de poder e que reforçam o lugar das pessoas brancas nestes espaços (SHUCMAN, 2002). Através de diário de campo (OLIVEIRA, 2014), algumas notas puderam ser organizadas e que serão explicitadas a seguir.

Durante minha passagem na sala de professoras/es, pôde ser percebido que a presença majoritariamente é de docentes brancas/os, tendo poucas/os que se autodeclararam negras/os e/ou pardas/os. Segundo Schucman (2002) é importante perceber a presença de raças nesses espaços para que se tenha noção do quanto à branquitude está imergida nessas instituições. Entretanto, é importante salientar que ser fenotipicamente branca/o não significa fazer parte da branquitude. Enquanto conceituação, esse é um sistema complexo que privilegia materialmente e simbolicamente, perfazendo um sistema de poder que hierarquiza as pessoas através da cor (SCHUCMAN, 2002).

Para que possamos pensar ainda sobre a cor dos docentes, proponho pensar junto com Cardoso (2008) a partir das categorias branquitude crítica e acrítica (CARDOSO, 2008). Para o autor, essas duas categorias demonstram, em linhas gerais, características de como a branquitude, enquanto sistema, entende seus privilégios materiais e simbólicos. Na sala de professoras/es, foi possível perceber como essas concessões são ora supervalorizadas e que conseqüentemente colocam outro grupo racial em desvantagem ora são percebidas de forma branda, como por exemplo, desaprovam atitudes racistas. Nomeando essas ações a partir de Cardoso (2008), a branquitude acrítica, seria formada por um grupo que reivindica de forma pública seus privilégios baseado em seu fenótipo; já a branquitude crítica é praticada por pessoas que desaprovam publicamente o racismo.

Dentro desse espaço de poder, a escola, as narrativas discursivas produzidas por essas/es docentes reverberam seu posicionamento frente seu fenótipo. É importante compreender que para esses registros, a observação participante foi fundamental, justamente para que eu me sentisse seguro de estar nesse lócus, bem como as/os professores. Assim, a fim de entender essas categorias de forma materializadas, vamos analisar registros orais. Reivindicando a fala, em determinada brincadeira, entre colegas de trabalho, determinado docente, afirma que viu algum estudante da escola pela rua e proferiu a seguinte frase: “Negão que parece menino de rua”. Essa frase mobiliza dois marcadores sociais da diferença: raça e classe. Para isso, se faz uma relação entre a pobreza, de forma jocosa e ainda associa com o fenótipo negro.

Essa frase enuncia como a branquitude acrítica, de forma velada, ainda ecoa para concretizar uma ideologia sobre o grupo racial negro. Quando se afirma que a pobreza tem cor, está sendo colocado que esse grupo tem uma predominância de classe e reforça a branquitude. Sendo assim, é visível que a branquitude acrítica (CARDOSO, 2008) pode ser percebida e sentida nesse espaço. Além disso, isso foi falado em uma escola, logo, esse ser caracterizado de forma marginalizada, também é um cidadão que está sendo desrespeitado. Não se sabe as especificidades materiais que esse estudante enfrenta na sua trajetória. Ou seja, é uma estratégia utilizada para que se busque menosprezar todo um grupo de forma nada velada.

Esse foi um dos primeiros sintomas que percebi na escola e com muita aderência por parte de docentes nesse espaço. Ainda inserido aqui, não percebi apenas uma/um docente com narrativas que tivessem essa característica. Além disso, em outra narrativa, foi registrado oralmente um caso que repercutiu negativamente entre diversos colegas docentes. Determinada professora de biologia, utilizou-se de seu fenótipo para se autopromover. Esse registro aconteceu após o caso de mau comportamento de um estudante em sala de aula que estava a professora. Ao chegar a sala de docentes, socializou a situação e expressou que “garotos brancos são mais comportados que negros e que na época dela ‘isso’ era inadmissível” (PROFESSORA DE BIOLOGIA, 2023). Ao utilizar-se desses argumentos nota-se que a branquitude se materializa de forma categórica e com elementos pertinentes.

Uma assertiva importante sobre essa narrativa é a identificação com a identidade racial, onde Cardoso (2008) afirma que a pessoa branca pode ser e poder tudo o que quiser. Sendo essa caracterizada como um lugar de privilégios, nota-se que o discurso da professora enfatiza justamente esse lugar de padrão ideal e normativo. Para Rachlef (2004) e McLaren (2000) um dos pilares da

branquitude, enquanto sistema, é o mito da universalidade, onde o único parâmetro correto é o branco. No discurso da professora, esse foi um aspecto bastante utilizado para que se houvesse uma comparação entre o comportamento de discentes negros e brancos, sendo esse último grupo o que deve ser seguido.

Segundo Ruth Frankenberg (1999), a branquitude toma como reivindicação histórica melhores posicionamentos, e por isso justifica tal mito de superioridade. Estruturalmente, esse retorno ao passado é usado para que se possa viabilizar a materialização dos privilégios contemporaneamente. Arelado a isso, Bento (2022), a ideologia branca de meritocracia, corrobora para a agudização para que os pactos da branquitude se retroalimentem. Para Bento (2022), essa ideia do merecimento é carregada por preconceito racial e denuncia uma construção histórica de um país baseado em um grupo fenotípico, o branco.

A partir da ideia de meritocracia também percebemos como o discurso da professora de Biologia, coloca a margem a produção, vivência, trajetórias de estudantes negras/os. Para isso, ela associa, mais uma vez, o ideal de branqueamento como o que corresponde ao correto. Nesse mito da meritocracia, que é baseado numa perspectiva racializada e classista (BENTO, 2022), não há como pensar em alternativas que produzam rupturas nesse consentimento, por isso a importância de contextualizar e precisar como os pactos da branquitude se (re) troalimentam nesses espaços de poder.

Além disso, há uma retomada histórica na fala da professora, pertinente para pensarmos como essa branquitude também se coloca de forma processual nesses espaços (FRANKENBERG, 1999). Nota-se que essa reivindicação perpassa o marcador de classe social (GUIMARÃES, 2004), trazendo para o debate uma maior complexidade. Ou seja, ao associar o tempo histórico com a meritocracia, esse dispositivo foi e ainda é utilizado para que possamos perceber como esse grupo se cristaliza em suas mais variadas formas, seja nos dispositivos de poder, cultura, mercado de trabalho, escola, e outros espaços.

Outro ponto para observar os aspectos da branquitude no espaço escolar são as/os estudantes autodeclaradas/os brancas/os. Em entrevistas com roteiro semiestruturados, que ocorreram nesse locus, alguns elementos são importantes para observar essa construção da identidade branca. Antes de mais nada, o aspecto geracional é um aspecto importante, pois estamos diante de relatos de duas

adolescentes: uma de 16 anos e outra com 17 anos, residentes de suas respectivas cidades natais, ambas se consideram classe baixa, em relação às condições financeiras.

Ao entrevistar a estudante Joana¹², a mesma me informa que essa discussão ainda é incipiente na instituição, e que acredita não existir na escola privilégios para pessoas brancas. Além disso, a mesma informa que nunca se questionou sobre sua raça e/ou sua cor de pele. Essa informação reforça, mais uma vez, o local do silêncio no que Cida Bento (2002) nomeou como pactos narcísicos da branquitude, ou seja, através do silêncio é possível se ausentar desse debate e perpetuar as camadas de privilégios simbólicos e materiais. É importante destacar a contradição que existe na narrativa de Paula ao se autodeclarar uma mulher branca, ao mesmo tempo que não reconhece sua cor no sentido de se questionar sobre. Esse é um dado interessante para pensar como a branquitude promove uma espécie de olhar para fora exclusivamente (CARDOSO, 2023) e jamais se perceber enquanto lugar de privilégio. Bem como poderíamos perceber esse silêncio característico (em ambas interlocutoras) como parte do que Robyn DiAngelo (2018) vai nomear como *fragilidade branca*.

Dentro de uma sociedade em que camuflou essa discussão, acredita-se, segundo DiAngelo (2018), que foi montado uma espécie de proteção para pessoas brancas, diminuindo o que ela também chama de estresse racial. Assim, esse grupo evitaria tal fadiga e teria como resposta alguns tipos de emoção como raiva, medo, culpa e o silêncio. Sendo essa última uma evidência empírica dessa pesquisa. Para a autora, há uma dificuldade de reconhecimento enquanto privilegiadas/os em uma sociedade hierarquizada racialmente, ao ponto de usarem uma linguagem codificada através de nomenclaturas como urbanos, centro da cidade e desfavorecidos e não como brancos, privilegiados ou favorecidos (DIANGELO, 2018).

Dando continuidade a entrevista a interlocutora Joana informa, quando questiono se a maioria dos estudantes negros/pardos reprovam ou tiram notas baixas, ela informa que sim, esse grupo tem uma maior quantidade de reprovações e/ou notas baixas. Ou seja, há um privilégio do grupo racializado branco sobre o negro, em relação ao rendimento escolar (ROSEMBERG, 2005). Essa é uma das formas percebidas em relação ao pacto da branquitude, mesmo que não ocorra de forma consciente (SCHUCMAN, 2002). Destarte, é importante assinalar a diferenciação da conceituação de racismo dentro dos estudos críticos da branquitude para além da discriminação, mas também

¹² Nome fictício.

observando as vantagens que são sentidas por um grupo racial específico, o branco (DIANGELO, 2018). Ou seja, ao observar que mais colegas negros são os que mais detêm notas baixas e/ou reprovações, conseqüentemente estamos diante de uma situação onde há uma vantagem educacional racial. Por isso é importante afirmar que, quando dizemos que existe privilégio de um grupo racial sobre outro, é preciso saber que este é um acordo tácito (BENTO, 2002).

A segunda interlocutora dessa pesquisa, a estudante Paula¹³ fala que a sua percepção sobre ser branca nesse espaço, é, também, inexistente. É interessante notar que a ausência desse debate entre estudantes nos permite aferir que também branquitude é um espaço de silêncio e que esse é benéfico para estas/es. Por isso, os pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2002) podem ser pensados como uma forma de manutenção de privilégios, que muitas vezes não são percebidos por este grupo racial. Assim como o silêncio, estes podem ser caracterizados pela negação do problema racial nos espaços em que estas/es estão presentes, e essa também foi uma percepção presente no discurso de Paula. Mais uma vez, notamos a presença da fragilidade branca como característica da segunda interlocutora, mas que diferentemente da Joana, teve ainda mais firmeza na resposta negativa, o que nos leva a perceber que outros sentimentos como raiva e/ou medo poderiam estar presentes nessa resposta (DIANGELO, 2018).

A produção de uma positividade da raça branca é um dos elementos que foi percebido na fala da estudante e que reverbera sua superioridade enquanto seu fenótipo (SCHCUCMAN, 2020), através da afirmação de . Positivo no sentido de não existir a necessidade de falar sobre si (sua raça), pois quando estamos diante de pessoas negras, diversos dispositivos negativos são acessados para fazer um paralelo com sua existência, através de características consideradas ruins, como preguiçosos, raiventos e outras características. Por fim, esse silêncio é uma maneira de esconder seus privilégios, que continuam existindo e podem ser usufruídos sem questionamentos, já que não existe o tensionamento sobre, nem por parte das/os discentes, nem como de professoras/es e muito menos da coordenação, direção, gestão e secretaria de Educação do Estado.

Ainda entrevistando Paula, a mesma afirma que não observa problemas ou conflitos raciais na escola em que estuda. O que não pode ser afirmado através dos relatos de professoras/es da instituição, bem como o caso evidenciado acima. Logo, estamos diante de uma percepção evidente da naturalização de eventos preconceituosos que podem ser pensados através de forma engraçada ou

¹³ Nome fictício.

sem nenhum teor preconceituoso. Assim, estamos diante de uma ação que pode ser interpretada como uma tentativa de diminuição do problema racial nesse espaço. O que demarcaria então uma situação de racismo para pessoas brancas? Seria a mesma interpretação para uma pessoa negra? Essa é uma forma também que pode ser lida a partir de um dos mecanismos de perpetuação dos pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como espaço empírico de pesquisa, seja na Sociologia das relações étnico-raciais ou a partir de uma Sociologia da educação se coloca como um lócus imprescindível para pensar a sociedade. É importante também dimensionar a importância do Movimento Negro nessa articulação de saberes produzidos através da militância, mas também da pesquisa científica (GONÇALVES; SILVA, 2000). Ao inverter a percepção do olhar das relações raciais para o sujeito branco, temos novos desafios a serem enfrentados, bem como pensar novas metodologias que insiram os estudos críticos da branquitude nesse debate.

A ausência desse debate nas duas instituições reforça a lógica do silêncio que foi uma tônica percebida em toda pesquisa. Muito além de um silenciamento individual e subjetivo, devemos percebê-lo de maneira macro: seja no discurso das pessoas brancas, mas também as ausências dessa discussão em livros didáticos, currículos e outros instrumentos, assomado ainda a persistente falta de discussão sobre populações afro-brasileiras. Essa é uma forma explícita de como os pactos narcísicos da branquitude são legitimados no espaço escolar. Para além disso, nota-se que essa forma de pensar sobre as questões raciais, nos espaços educacionais pesquisados, ainda recai apenas com a centralidade do sujeito negro, recaindo aquilo que Guerreiro Ramos chamara de problema do negro (RAMOS, 1955).

Dessa forma, é preciso pensar em uma sistemática desconstrução dessa ideia, não errada, mas que deve ser ampliada, para pensar as relações étnico-raciais no Brasil. A noção de branquitude, pensada como um sistema de privilégios (BENTO, 2002; CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2012), perpassa uma série de ações, que tiveram como principal característica, a fragilidade branca (DIANGELO, 2018). A fim de escamotear essa ação, é preciso retirar da zona de conforto todos esses privilégios que são relegados a sujeitos brancos, para que estas/es tenham noção dessa hierarquia racial, que está consolidada no espaço escolar.

A educação antirracista vem sendo um canal de extrema importância para que se possa pensar alternativas viáveis e que suscitem uma reflexão em nível micro em todos sujeitos que fazem parte desse espaço. Essa pode e deve ser usada para deslocar esses sujeitos de seu espaço natural, de naturalização, onde vejam seus privilégios simbólicos e materiais para que assim possa ser criado conexões autênticas a fim de problematizar o problema racial (DIANGELO, 2018).

OBSERVAÇÃO: OS ITENS A SEGUIR SÃO OBRIGATÓRIOS PARA QUE O PAPER SEJA LIDO AUTOMATICAMENTE E RECEBIDO PELO SISTEMA.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Janaina Ribeiro Bueno. **Na trama da branquitude mestiça:** a formação de professores à luz do letramento racial e os meandros da branquitude brasileira. 2021. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.) **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

_____. Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 169 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia na Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia de Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.

_____, Cida. **Pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”:** um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

_____, Lourenço; FAUSTINO, Davison; BRITO, Luciana. **O protagonismo negro no desvelar da branquitude.** In: Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo. São Paulo: Fósforo, 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser..** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CRESWELL, John. **Educational Research: planning, conduction and evaluating quantitative and qualitative research**. 4 ed. Boston: 2012.

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: **Publicações do programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional**, 1974.

DIANGELO, Robin. **Fragilidade branca**. Revista Eco-Pós, 21(3), 35–57. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.22528>. 2018.

DUBRIN, A. J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira. 2006.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, v.1, p. 139-154, mar., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FRANKENBERG, R. **White women, race masters: The social construction of whiteness**. Minneapolis: University of Minnesota. 1999.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma Branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo** (V. Ribeiro, trad., pp. 307-338). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FIGUEIRA, Vera M. **O preconceito racial na escola**. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, n. 18, p. 63-72, 1990.

FONSECA, Dagoberto José. **A piada: uma forma sutil de exclusão**. In: QUINTOS, Fátima (org.). IV Congresso Afro-Brasileiro. Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petrolhina Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação. Setembro, 2000.

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de empresa. São Paulo, v. 35, n.2, p. 57-63, Março/Abril, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporânea**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia para o novo milênio**. Trad. Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000.

NIETO, Sonia. **Affirming diversity**: the sociopolitical contexto of multicultural education. Nova York: Logman Publishers USA, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Oliveira de. **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. **(Entre) linhas de uma pesquisa**: o Diário de Campo como dispositivo de (in) formação na/da abordagem (Auto)biográfica. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 2, n° 4, 2014.

RACHLEFF, P. **Branquidade**: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional**. In: Seminário Internacional Ações Afirmativas Nas Políticas Educacionais Brasileiras: O Contexto Pós-Durban. Brasília, set. 2005. p. 1-45. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/DESIGUALDADES%20DE%20RA%C3%87A%20E%20G%C3%8ANERO%20NO%20SISTEMA%20EDUCACIONAL%20BRASILEIRO%20-%20F%C3%BAlvia%20Rosemberg.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2019

SCHUCAMN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume. 2014.

STEYN, M. Novos matizes da “branquitude”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – Brasil (FAPESQ).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Anderson Souza Oliveira: conceitualização, metodologia, análise formal, investigação, escrita e revisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia e Relações Raciais (HUN UFPB).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.